

O QUE O GOVERNO FARÁ PARA OBTER ACORDO COM CREDORES

Ele está planejando cortes nos gastos para melhorar as contas do País

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que retornou dos EUA no último domingo, afirma que falta apenas a definição de algumas questões técnicas e jurídicas para que o Brasil feche um acordo com os bancos credores. Maílson esteve nos EUA para participar da reunião anual do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para viabilizar esse acordo, o governo definirá esta semana um corte no orçamento da União de 1,3% do PIB — Produto Interno Bruto (cerca de Cz\$ 1 trilhão), em reuniões coordenadas pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. A orientação do ministro para os técnicos que trabalham na questão é de que os cortes obedeçam a uma escala de prioridades, de maneira a preservar mais os programas da área social. Os cortes não devem ser lineares, segundo as instruções de Costa Couto.

Cada Ministério terá a oportunidade de definir a sua escala de prioridades, segundo informações do Palácio do Planalto. Mas deverá respeitar o valor do corte da sua área e a prioridade social

defendida pelo presidente da República.

Nas reuniões que coordena com representantes dos ministérios, o papel do ministro Costa Couto é exatamente o de procurar compatibilizar os critérios de prioridades defendidos pelos ministros das mais diversas áreas, e as prioridades de governo definidas pelo presidente Sarney.

Nos próximos dias, outras medidas serão adotadas para garantir uma redução do déficit em mais 1% do PIB, de modo a garantir um limite mínimo de déficit em 3% do PIB para este ano. Entre estas medidas destacam-se o fechamento de vãos órgãos do governo, a privatização de várias empresas, e os cortes de incentivos e de subsídios. Caso haja ainda uma recuperação da economia a partir do segundo semestre, o governo pode se beneficiar com uma recuperação das receitas tributárias, o que contribuirá para reduzir o déficit público a um nível superior a 3% do PIB em 1988. Se isto for conseguido, o governo acha que estará criando todas as condições estruturais necessárias

a uma reversão das taxas inflacionárias.

FMI

Juntamente com Maílson, retornou domingo também a missão técnica que deu prosseguimento à negociação de acordos de médio e longo prazos com os bancos credores. O ministro informou que depois de três semanas de discussões, os dois lados resolveram fazer uma "parada técnica" de uma semana. Neste período, explicou Maílson da Nóbrega, os técnicos brasileiros e o comitê de bancos credores farão consultas com seus superiores.

Na opinião do ministro, grandes avanços aconteceram nas últimas três semanas de negociação. Como a definição da reprogramação da taxa de risco de 0,810% (processo denominado de **carve-out**) sobre o estoque da dívida do setor público brasileiro junto aos bancos. O ministro disse que os negociadores também acertaram os reemprestimos sobre parte dos juros (**releasing**) e o novo prazo de renegociação das linhas interbancárias de curto prazo, que passará

de um ano para dois anos e meio.

Segundo o ministro da Fazenda, o início das discussões em torno de um novo acordo do Brasil com o FMI só acontecerá na primeira semana de maio, quando uma missão técnica da instituição chegará ao País. Maílson da Nóbrega disse que a missão técnica brasileira, que embarcou no último domingo para Washington, apenas fornecerá informações a nível técnico ao FMI.

O ministro da Fazenda voltou a frisar que um acordo com o Fundo Monetário é importante para a retomada, pelo Brasil, de empréstimos das agências oficiais de créditos dos países desenvolvidos (no âmbito do Clube de Paris). Um acordo com o FMI também facilitará a entrada de novos recursos do Japão, através do Plano Nakasone, observou.

Sobre a reunião do Comitê Interino do FMI, o ministro informou que houve um reconhecimento amplo de que o mercado tem lidado com os problemas da dívida através de mecanismos criativos, quando se busca a redução do montante da dívida dos países do Terceiro Mundo.